

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS LUZERNA

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 008/2016  
Processo nº 23475.000425/2016-11

**SEPROL COMÉRCIO E CONSULTARIA EM INFORMÁTICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.366.285/0001-40, com sede na Rua Najla Carone Goedert, nº 27, 3º andar, sala 311, bairro Pagani, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.132-150, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela licitante **SERVICE INFORMÁTICA LTDA.**, pelo que passa a expor e a requerer o que segue:

1. Em essencial síntese, a Recorrente defende que a Seprol deve ser desclassificada do Lote 02 do Pregão Eletrônico nº 08/2016 porque supostamente não comprovou tecnicamente, de modo claro e objetivo, que a solução ofertada atende aos limites dos itens 4 e 5 do Lote 02 do edital, descritos como *"permitir a inserção de pelo menos 100 endereços MAC por porta de forma estática"* e *"passuir no mínimo 32 interfaces de roteamento IP (VLAN Interface)"*. Afirma, ainda, que o fabricante do produto recomenda que não se configure endereços MAC por porta de forma estática.



2. Frise-se, desde já, que o intuito da Service Informática é tão somente o de tumultuar o processo de contratação, apresentando ilações desprovidas de qualquer razoabilidade. Os documentos juntados pela Seprol em sua proposta apresentam expressamente o atendimento aos limites previstos no edital, atendendo ao item 8.1. do Termo de Referência (Anexo I), que dispõe que *"Todos os requisitos obrigatórios devem ser comprovados mediante apresentação de documentação técnica e outros documentos que se façam necessários"*. Fundada em seu inconformismo por não ser a vencedora do Lote 2, a Service Informática não se atentou para o conteúdo da proposta da Seprol.

3. O arquivo juntado pela Seprol no sistema do pregão eletrônico e que comprova o atendimento aos limites citados é o de nome "HPE\_5130EI-CMW710-R3115\_Release\_Notes.pdf". Trata-se do documento fornecido pela empresa desenvolvedora do software, que descreve todas as suas especificações técnicas.

4. A solução ofertada pela Seprol respeita, com sobras, o limite mínimo de 100 inserções de endereços MAC por porta de forma estática. O equipamento permite a configuração de até 1.000 (um mil) endereços MAC estáticos em uma interface, conforme página 47 do documento juntado pela Seprol:

---

MAC address table	<ul style="list-style-type: none"><li>• 16K MAC addresses</li><li>• 1K static MAC addresses</li><li>• Blackhole MAC addresses</li><li>• MAC address learning limit on a port</li></ul>
-------------------	--

---

5. Ao mencionar *"1K static MAC addresses"* (um mil endereços MAC estáticos) como limite para seu funcionamento, inegavelmente cumpre-se o disposto no Edital. É inconteste que a Seprol comprovou em sua proposta o atendimento a este quesito.

6. Não há, também, qualquer incompatibilidade do software com os endereços MAC. O link citado pela Service Informática para embasar a suposta incompatibilidade é desatualizado, conforme última versão do Release Note<sup>1</sup>. Nesse documento, constata-se que não há mais o citado problema, corrigido pela última versão do software, de modo que inexistente a recomendação para não configuração de endereços estáticos.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://h20566.www2.hp.com/hpsc/doc/public/display?sp4ts.oid=7399420&docLocale=en\\_US&docId=emr\\_na-c05301950](http://h20566.www2.hp.com/hpsc/doc/public/display?sp4ts.oid=7399420&docLocale=en_US&docId=emr_na-c05301950)>. Acesso em: 08/11/2016

7. No que tange ao mínimo de 32 interfaces de roteamento IP (VLAN Interface), veja-se que o próprio documento citado no recurso da Service Informática<sup>2</sup> afirma, em sua página 10, que o limite mínimo é respeitado pelo produto. Não obstante, o documento juntado pela Seprol também comprova o atendimento a este quesito, em sua página 48:

Feature	HP 5130-24G-4S FP+ EI Switch/HP 5130-24G-4S FP+ EI TAA-compliant Switch	HP 5130-48G-4S FP+ EI Switch/HP 5130-48G-4S FP+ EI TAA-compliant Switch	HP 5130-24G-Po E+4SFP+ (370W) EI Switch/HP 5130-24G-Po E+4SFP+ (370W) EI TAA-compliant Switch	HP 5130-24G-SF P-4SFP+ EI Switch/HP 5130-24G-SF P-4SFP+ EI TAA-compliant Switch	HP 5130-48G-Po E+4SFP+ (370W) EI Switch/HP 5130-48G-Po E+4SFP+ (370W) EI TAA-compliant Switch
ARP	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1K entries</li> <li>• 512 static entries</li> <li>• Gratuitous ARP</li> <li>• Common proxy ARP and local proxy ARP</li> <li>• ARP source suppression</li> <li>• ARP black hole</li> <li>• ARP detection (based on DHCP snooping entries/802.1X security entries/static IP-to-MAC bindings)</li> <li>• Multiport ARP</li> </ul>				
ND	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 512 entries</li> <li>• 256 static entries</li> </ul>				
VLAN virtual interface	32				

8. É inconteste, portanto, o atendimento ao Edital pela Seprol. Ela ofertou uma solução que atende ao solicitado e comprovou seus requisitos técnicos por meio do arquivo "HPE\_5130EI-CMW710-R3115\_Release\_Notes.pdf" juntado no sistema. Não obstante, a fabricante forneceu declaração específica para a Seprol reiterando as informações do documento oficial anexado na proposta que os produtos atendem ao Edital, a qual segue em anexo.

9. A bem da verdade, a Service Informática demonstra um excessivo apego por aspectos formais. É evidente que essas matérias suscitadas no recurso jamais teriam o condão de fulminar a higidez do produto ofertado pela Seprol.

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://h20565.www2.hp.com/hpsc/doc/public/display?sp4ts.oid=7399420&docid=emr\\_na-c04457976&docLocale=en\\_US](http://h20565.www2.hp.com/hpsc/doc/public/display?sp4ts.oid=7399420&docid=emr_na-c04457976&docLocale=en_US)>. Acesso em: 08/11/2016.

10. A propósito, seria fastidioso discorrer acerca da absoluta prevalência do interesse público em licitações, donde se erguem os essenciais vetores que devem orientar a competição, uma vez que não há, na doutrina e jurisprudência, quem discorde da afirmação de que a licitação *"estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preenchem os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir"*<sup>3</sup>.

11. Nunca é demais lembrar que a Constituição Federal buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica se constituam em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. É a lição de ADILSON ABREU DALLARI:

na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; convém ao interesse público que haja maior número possível de participantes.<sup>4</sup>

12. De igual modo, a jurisprudência do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA e também do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO perfilham dessa mesma compreensão, consoante se depreende dos seguintes julgados:

Outrossim, o colegiado ressalta que o formalismo a ser observado no procedimento não pode prejudicar os verdadeiros fins buscados na licitação, mormente o de encontrar-se a proposta mais vantajosa para a Administração em prol dos administrados. Esse fundamento leva-me a concluir que não assiste razão à recorrente quanto ao mérito. Com efeito, não havendo prévia exigência do documento no edital da licitação, não pode haver apego a excesso de formalidades capazes de afastar a real finalidade da licitação, ou seja, a escolha da melhor proposta. Nessa esteira, assim entendeu este precedente: [...] Rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida

<sup>3</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 17ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 483.

<sup>4</sup> DALLARI, Adilson Abreu. Aspectos jurídicos da licitação. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 120.



em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º).<sup>5</sup>

6. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento jurisprudencial sobre a necessidade de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório, a fim de manter o caráter competitivo do certame, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique a violação substancial aos demais princípios informadores deste procedimento. Precedentes.

7. Recurso especial conhecido parcialmente e, nesta parte, não provido.<sup>6</sup>

A desclassificação de proposta por defeito plenamente sanável relativa a não apresentação de documentos pode configurar decisão arbitrária da administração e direcionamento do certame a licitante certo, principalmente quando o valor da proposta desclassificada estava bem abaixo da empresa que permaneceu na tomada de preços.<sup>7</sup>

13. Ao fim e ao cabo, o que não se pode perder de vistas é a finalidade da licitação e o objetivo da etapa de habilitação. Tais elementos não podem ser colocados em segundo plano, como parece buscar a Recorrente. Os ataques relativos à critérios puramente formais causam verdadeiro desprestígio aos princípios da ampla competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa. É sob as vestes da legitimidade do processo licitatório em tela que se verifica a inconsistência do recurso administrativo interposto.

14. O Pregoeiro não pode admitir um recurso desarrazoado e que pretende tumultuar o processo administrativo. O intento recursal da Service Informática não passa de puro inconformismo pela derrota sofrida, sem qualquer sustentação jurídica. Deve ser rechaçado com veemência. Confira-se:

O simples descontentamento não gera motivo legal. É comum e compreensível, aliás que o licitante vencido na disputa se mostre irrequieto com a oferta de seu concorrente. Mas isso, por si só, não é o bastante para se constituir no falado motivo jurídico. Por isso é que o recurso meramente protelatório ou procrastinatório deve ser, de pronto, rechaçado pela Administração Pública. O mesmo destino terá o recurso fundado no simples descontentamento.

<sup>5</sup> STJ, REsp nº 1.190.793, Relator(a): Castro Meira, Órgão Julgador: 2ª Turma, Julgado em: 24/08/2010.

<sup>6</sup> STJ, REsp nº 997.259/RS, Relator: Castro Meira, Órgão Julgador: Segunda Turma, Julgado em: 17/08/2010.

<sup>7</sup> TCU: Acórdão 3040/2008, Plenário.

Não é incomum que a alegação simples manifestada pelo licitante encontre resposta nos próprios autos do procedimento. (grifo acrescido)<sup>8</sup>

15. Diante do exposto, requer o desprovimento do recurso interposto pela Service Informática Ltda., mantendo-se incólume a decisão que habilitou a Seprol para contratar com o Instituto Federal de Santa Catarina.

Pede deferimento.

Palhoça (SC), 10 de novembro de 2016.



---

**ANDREI GARCIA – RESPONSÁVEL LEGAL**  
**SEPROL COMÉRCIO E CONSULTARIA EM INFORMÁTICA LTDA.**

<sup>8</sup> SANTANA, Jair Eduardo. *Pregão presencial e eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle*. Belo Horizonte: Fórum, 2006, p. 183.